

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2020 - DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS -PR.

M.TESTA CONFECÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.829.339/0001-09, com sede na Avenida Genei Uehara, nº 1.263, Residencial Nova Itália, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná, representada por sua sócia administradora MARINA TESTA, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.535.983-3 SESP/PR, inscrita no CPF nº 064.458.499-89, residente e domiciliada na Rua Washington Luiz, nº 60, Zona 07, no Município de Cianorte, Estado do Paraná, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO contra o item de referência 08 ao Pregão Eletrônico nº 134/2020, pelas razões de fato e direito que passa a expor:

I. DOS FATOS

Trata-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é o "Constitui objeto deste PREGÃO o Registro de Preços, objetivando a futura e eventual aquisição de epi's para o Programa Saúde na Escola de acordo com a Portaria nº 1.857 de 28 de julho de 2020 - Exclusivo para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. conforme especificações contidas no anexo I, que é parte integrante deste edital."

Em virtude de a recorrente realizar a confecções de máscara cirúrgicas, e a mesma ser especializada na confecção deste item, vem com o direito que lhe é conferido trazer a informação a este nobre pregoeiro(a) de forma respeitosa, visto que à risco iminente se confeccionar produtos sem os devidos 06 ensaios que a lei exige, mediante CONFORMIDADE dos testes laboratoriais. Sem estes podem acarretar contaminações e até a morte como noticiados pela grande mídia, sobre os profissionais que se utilizam, médicos, enfermeiros, funcionários públicos etc.

"Objetivo: Esta Norma ABNT 15052:2004 estabelece os requisitos mínimos para as máscaras cirúrgicas de uso único utilizadas em salas de cirurgias e em outras áreas de instalações de saúde, onde é necessário manter em um mínimo a contaminação cruzada entre o profissional da saúde e os pacientes".

A definição de máscara cirúrgica um equipamento de proteção de uso único, destinado a cobrir a boca e o nariz, indicado para procedimentos cirúrgicos ou críticos, devendo proteger o paciente de agentes contaminantes provenientes das vias respiratórias do profissional de saúde e proteger o profissional de saúde de agentes contaminantes provenientes do paciente, devendo também impedir a passagem de sangue e fluidos corpóreos. No Brasil a ABNT (Associação Brasileira de normas técnicas) tem a competência necessária para avaliar artigos de não tecido de uso odontológico médico hospitalar - máscaras cirúrgicas - requisitos com LEI NBR 15052:2004 SEGUE ENSAIOS LEGAIS:

1) - Eficiência de filtragem de partículas (EFP)

Quando ensaiada de acordo com o anexo A, a eficiência de filtragem de partículas da máscara cirúrgica assim se apresenta: EFP% ☐ 98% ☐ Aprovada EFP% ☐ 98% ☐ Rejeitada

2) - Eficiência de filtragem bacteriana (BFE)

Quando ensaiada de acordo com o anexo B, a eficiência de filtragem bacteriana da máscara cirúrgica assim se apresenta: BFE% ☐ 95% ☐ Aprovada BFE% ☐ 95% ☐ Rejeitada

3) - Pressão diferencial (☐P) (respirabilidade)

Quando ensaiada de acordo com o anexo C, a pressão diferencial da máscara cirúrgica assim se apresenta: ☐P ☐ 4mmH2O ☐ Aprovada ☐P ☐ 4mmH2O ☐ Rejeitada

4) - Tração das amarras e dos fixadores

Quando ensaiada de acordo com o anexo D, a força das amarras da máscara cirúrgica assim se apresenta: F ☐ 11,3N ☐ Aprovada F ☐ 11,3N ☐ Rejeitada

5) Irritabilidade dérmica

Quando ensaiada conforme ABNT NBR 14673, a máscara cirúrgica deve apresentar resultado NÃO IRRITANTE.

6) Determinação da repelência a fluidos

Quando ensaiada de acordo com o anexo E, não deve haver evidência de sangue alcançando a camada interna do material da máscara cirúrgica.

A empresa SKYE ENXOVAIS INTELIGENTES LTDA que ofertou a melhor proposta não tem ou se omitiu da

apresentação de tais ensaios.

Mesmo a empresa sendo detentora da autorização da ANVISA tem que ter os 06 ensaios da ABNT NBR 15052:2004.

Apenas a título de analogia citaremos dois exemplos que tomamos a liberdade para facilitar a compreensão:

É como se um motorista do dia à dia fosse participar de uma corrida de formula 1, o mesmo tem carteira de motorista (ANVISA) mais não tem a precisão (ENSAIOS) necessária.

É como um médico quando chega um paciente acidentado com traumatismo craniano e o mesmo é clínico geral, tem habilitação(ANVISA) mas não a precisão de um traumatologista para operar (ENSAIOS)

"Desconhecimento da lei (ignorantia legis): Dispõe o art. 21, caput, 1ª parte, do CP: 'O desconhecimento da lei é inescusável'. Em igual sentido, estabelece o art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei 4.657, de 4 de setembro de 1942): 'Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece'.

De forma respeitosa citamos o jurista " o autor de uma infração sanitária pode ser responsabilizado administrativa, civil e criminalmente. As infrações à legislação sanitária federal, ressalvadas as previstas expressamente em normas especiais, são as configuradas na Lei n. 6.437, de 20.08.77. No art. 2º, prevê-se a possibilidade de cumulação das sanções administrativas com as sanções de natureza civil ou penal. No âmbito civil, é cabível a atuação do Ministério Público, em ação civil pública, para ressarcimento de danos morais difusos. (BARBOSA, 2001, p.237)

No âmbito das infrações sanitárias, é possível também visualizar a aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.429, de 2.06.92, para a prática de atos de improbidade, principalmente daqueles que atentam contra princípios da administração pública.

Colocamos que cabe responsabilidade jurídica tanto de quem vende, quanto dos agentes públicos quem editam tais atos.

Ocorre que, com o vigor da RDC nº. 379/2020, em virtude da situação pandêmica, houve a dispensa de necessidade de registro da ANVISA, sendo que por 180 dias terminando 27/10/2020 estaria dispensa da documentação solicitada de REGISTO NA PRÓPRIA ANVISA E AUTORIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

porém a anvisa tomou o cuidado muito bem diga-se de passagem com a necessidade de as máscaras serem fabricadas ou importadas sigam as exigências da lei ABNT NBR 15052:2004.

Por mais que haja a dispensa de determinados documentos para a confecção de máscaras cirúrgicas, a RDC nº 379/2020, em seus arts. 3º, 4º e 5º, determina os padrões de qualidade a serem respeitados pelos fabricantes, a fim de que a saúde sempre seja protegida.

Art. 5º As máscaras cirúrgicas devem ser confeccionadas em material NãoTecido para uso odonto-médico-hospitalar, possuir, no mínimo, uma camada interna e uma camada externa e, obrigatoriamente, um elemento filtrante (de forma consolidada ou não), de forma a atender aos requisitos estabelecidos nas seguintes normas técnicas:

- - ABNT NBR 15052:2004 - Artigos de não tecido de uso odonto-médico-hospitalar - Máscaras cirúrgicas - Requisitos.

II. DO DIREITO

DA AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

O art. 50 da Lei nº. 9.784/99 dispõe sobre os processos administrativos, prevendo claramente a necessidade de motivação dos atos praticados, indicando fatos e fundamentos jurídicos. Vejamos:

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

- I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;
- II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;
- III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;
- IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;
- V - decidam recursos administrativos;
- VI - decorram de reexame de ofício;
- VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;
- VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

O princípio da motivação do ato administrativo exige do Administrador Público especial cautela na instrução do

processo, sob pena de nulidade, conforme assevera Maria Sylia Zanella di Pietro¹:

"O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle da legalidade dos atos administrativos."

O ato administrativo recorrente, se encontra devidamente motivado, em clara observância à Lei. Trata-se de irregularidade do ato administrativo que deve ser imediatamente revisto sob pena de nulidade da licitação.

DO PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO

Ainda, é de se destacar que a licitação é regida também pelo princípio do julgamento objetivo, onde deverá se atentar somente a critérios de avaliação objetiva, afastando a discricionariedade na escolha da proposta. Não por outro motivo.

Nesse sentido, ensina José Calasans Junior³:

"Finalmente, o princípio do julgamento objetivo determina a impossibilidade de se definir a contratação à base de meras considerações subjetivas. O ato de convocação da licitação deve indicar, de forma clara e precisa, os fatores de avaliação e o critério que será adotado no julgamento das propostas. Pelo princípio do julgamento objetivo, afasta-se o arbítrio e veda-se a discricionariedade na escolha das propostas. Na mais simples licitação, a decisão da escolha deve estar respaldada em avaliação objetiva e fundamentada em razões que correspondam ao interesse público.". (grifo no original).

Desse modo, proceder o parecer de natureza técnica, apresenta uma escolha discricionária, é fundamental nos critérios previstos no edital.

DO INTERESSE PÚBLICO

Os princípios que regem as licitações públicas veem insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº 8.666/93, com destaque para a supremacia do interesse público na busca da proposta mais vantajosa condicionada a requisitos legais.

Ocorre que, ao proceder com a contratação sem exigências legais a Administração Pública não respeita as disposições previstas na legislação pátria mesma podendo adquirir um preço mais satisfatório, agir de modo discricionário dentro do procedimento licitatório, indo contrário os princípios norteadores do certame, como impessoalidade, julgamento objetivo e interesse público e probidade administrativa.

III. DOS PEDIDOS

1) Ante ao exposto, diante da plena comprovação da falta de requisitos legais do licitante SKYE ENXOVAIS INTELIGENTES LTDA que ofertou a melhor oferta requer a desclassificação ou seja inabilitação do mesmo visto que deixou de apresentar os 06 ensaios da ABNT NBR 15052:2004 documentos legais não demonstrados para a venda do item máscara cirúrgica descartável.

2) Que seja seguida a mesma exigência legal de maneira isonômica a todos os participantes respeitando a sequência dos melhores colocados mais seguindo o mesmo rigor até que alguma empresa qualificada que respeitou o valor determinado do item de referência por esta nobre comissão atenda a administração pública de forma legal e satisfatória.

Não alterando a decisão, requer o imediato encaminhamento à Autoridade Superior, nos termos do art. 109, §4º da Lei nº 8.666/93.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Cianorte, 26 de outubro de 2020.

Fechar